

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 895

O TEMA HABITAÇÃO NA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)*

Rosa M. R. Massena**

Rio de Janeiro, julho de 2002

* Este artigo foi apresentado e debatido no seminário "PNADs da década de 90: uma avaliação" realizado em novembro de 2001 pela DISOC/IPEA e pela Ence/IBGE. Os textos com as críticas e sugestões dos debatedores são fornecidos no final do documento. O conjunto dos trabalhos, e respectivos comentários, será publicado em breve, na forma de um livro.

** Da Ence/IBGE.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Cirineu Dias

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luis Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, REDE-IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de cooperação técnica com o PNUD.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 UMA ANÁLISE DAS PNADS DE 1990, 1995 E 2001 2

3 EM QUE MEDIDA OS DADOS DE DOMICÍLIO SÃO USADOS? 4

4 A DEMANDA POR NOVOS DADOS 6

5 SUGESTÕES PARA A REFORMULAÇÃO DA PNAD 2003 6

ANEXO 10

BIBLIOGRAFIA 12

SINOPSE

O objetivo deste texto é fazer sugestões sobre o tema habitação tendo em vista a reformulação da PNAD em 2003. Nesse sentido, o autor primeiro avalia as mudanças ocorridas nessa pesquisa no período 1990-2001 que permitiram um melhor conhecimento sobre o acesso à titulação, a extensão da ilegalidade fundiária, o domicílio de área rural, o comprometimento da renda com a moradia e a existência de novos bens duráveis, e possibilitaram a diminuição de problemas operacionais e avançaram no atendimento aos novos paradigmas, embora esse avanço tenha sido focalizado quase exclusivamente nas características físicas da habitação.

Em seguida faz uma análise do consumo atual dos dados da PNAD, em que aponta uma crescente utilização desses dados gerada pelo surgimento de sistemas de indicadores habitacionais, por avaliações de déficit habitacional e de condição de vida, apesar de ter sido bastante diferenciada quanto à referência geográfica e escassa quanto aos bens duráveis.

Sua reflexão quanto à PNAD 2003 se voltou para o consumo potencial dos dados, em função do qual sugeriu a inclusão de quesitos dentro de três perspectivas, a saber: *demanda por novos dados*: serviços públicos externos à habitação, salubridade, transporte, condições de segurança, áreas de risco, autoconstrução, valor da habitação, idade do domicílio, tamanho do domicílio; *refinamento de questões já investigadas*: o banheiro, o piso, o domicílio cedido, o valor do aluguel, a ilegalidade fundiária, o cômodo servindo permanentemente como dormitório; e *demanda por maior desagregação espacial dos dados* com ênfase no nível municipal uma vez que é nessa esfera administrativa que se vê maior possibilidade de eficácia na gestão dos problemas sociais e urbanos.

ABSTRACT

The paper makes housing suggestions to the reformulation of the PNAD in 2003. The author first evaluated the changes occurred in these research between 1990/2001 that allowed a better knowledge about housing, the diminishing of the operational problems and also advanced with the attending of new paradigmas but focused almost to the physical qualities of the housing. Following, it was made an analysis of the PNAD uses and it was pointed towards a growing utilization of these data generated by the arise of housing indicators, through the analysis of the deficit and life condition, but it had been differentiated within the geographical reference.

The suggestions was made looking at the potential consumption of the data and from three perspectives: *a demand for new data*: public services outside of housing, salubrity, transport, security conditions, risk areas; self construction, housing value, age and size housing, *refinement of questions already investigated*: bathrooms, the floor, the rent value, the land illegality, *demand for greater spacial disaggregation of the data* with emphasis of the municipal level once it is in this administrative scope that there is more effectiveness in manager social and urban problems.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os temas habitação e serviços urbanos vêm sendo abordados, invariavelmente, de forma setorial. Continuam sendo alvo de inúmeros estudos ainda centrados na abordagem do consumo, seja pela avaliação do déficit habitacional, das condições habitacionais ou das formas de ocupação, mas sem a devida atenção à dimensão da qualidade e da acessibilidade à habitação e/ou aos serviços e também sem consideração ao comportamento do usuário final. E só depois do fracasso da política habitacional é que surgiu uma investigação mais articulada sobre as questões básicas ligadas à produção da moradia.

A procura por um entendimento mais abrangente das condições de vida da população levou à elaboração de novos modelos e abriu diferentes perspectivas de estudo sobre o fenômeno habitação. Assim, partindo do conceito de assentamentos humanos, hoje os serviços urbanos e a habitação são entendidos como processos que se relacionam entre si e com o meio ambiente, co-participantes que são do desenvolvimento sustentável.

Alguns paradigmas, como o do desenvolvimento sustentável e/ou da globalização, vieram promover uma abordagem transversal que articula diversos pontos de vista (social, antropológico, econômico, espacial, jurídico, tecnológico), mas que ainda não encontra nas estatísticas disponíveis muitas das informações que demanda.

Isso nos leva a cooptar com a afirmação de Einstein de que “as teorias precedem as estatísticas” e a buscar nessa afirmação o norte da reformulação da PNAD, a forma como se deveria proceder a uma investigação para se avaliar em que medida as atuais indagações vêm sendo atendidas pela PNAD.

Em maio de 1996, no âmbito da III Confega e da IV Confest, promovidas pelo IBGE, foi discutido no I Fórum Nacional de Usuário de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais o documento assinado por 10 instituições científicas intitulado “Informações para uma Sociedade Democrática: por uma Política Nacional de Produção e Disseminação de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais”, que citava sete princípios gerais para uma política nacional de informações. O terceiro deles afirma que “a sociedade civil organizada e a comunidade acadêmica e científica, tanto quanto as agências governamentais de diferentes níveis, constituem legítimos formuladores de demanda de informação. A política governamental e sua execução pelos organismos produtores de informação devem orientar-se pelas necessidades e demandas originárias do amplo espectro de usuários que caracteriza a sociedade contemporânea”.

O IBGE põe em prática esse princípio ao se abrir para escutar críticas, ouvir propostas e estudar sugestões de usuários durante o processo de reformulação da PNAD 2003. Sendo ele próprio não só produtor de informações básicas (censo, PNAD, PME etc), mas também seu usuário ao elaborar inúmeros estudos analíticos, está apto a compreender as demandas ainda não atendidas e certamente disposto a tentar superar os problemas conceituais e/ou operacionais que se apresentem.

2 UMA ANÁLISE DAS PNADS DE 1990, 1995 E 2001

No caso específico de informações sobre a habitação, a PNAD, junto com o censo, tem sido fonte essencial de dados para a análise das condições habitacionais que vai dar o suporte necessário à formulação e ao gerenciamento de projetos, planos e políticas públicas de habitação.

Ao longo de sua existência, essa pesquisa expandiu seu questionário e tem atendido à demanda por informações habitacionais em níveis nacional e regional sobre as condições residenciais através de dados sobre as características inerentes à própria estrutura física do domicílio (durabilidade, ocupação, titulação, tamanho, funções), sobre os serviços urbanos (água, esgoto, luz, telefone) e os bens duráveis (determinantes para a saúde, comunicação e informação).

A década de 1990 foi profícua no levantamento de novas informações. Em 1992, com a reformulação da PNAD, houve um acréscimo significativo no número de quesitos sobre domicílios. Até 1990 existiam 18 quesitos; acrescentaram-se mais 12 em 1992 e chega-se à PNAD 2001 com 32 quesitos (ver Anexo).

Alguns desses quesitos possibilitaram a diminuição de problemas operacionais e avançaram um pouco no atendimento aos novos paradigmas, embora continuem sendo orientados quase sempre para atender à necessidade de dados sobre características internas do domicílio. Uma comparação dos quesitos sobre domicílios em três diferentes datas (1990, 1995, 2001), antes e depois da última reformulação geral da PNAD, permite identificar onde se concentraram essas mudanças. No Anexo estão destacadas, em negrito, as modificações operadas em cada data referida. Observa-se que apenas um quesito foi excluído: a informação sobre o tipo de piso do domicílio, que só foi levantada até 1990. As demais modificações dizem respeito à inclusão de novos quesitos ou à forma mais aprimorada de se levantar a mesma questão.

Foram assim disponibilizados novos dados sobre as características da estrutura física do domicílio, sobre a existência de serviços urbanos e sobre a posse de bens duráveis, itens tradicionalmente utilizados na construção de indicadores que possibilitam a elaboração de classificações e/ou categorizações de domicílios aplicadas na avaliação do déficit habitacional. Classificações essas que — nunca é demais salientar — devem ser acatadas com reservas em função do relativo nível de arbitrariedade que as envolvem e, sobretudo, porque a ocorrência de mudanças nos métodos de levantamentos ou na definição de conceitos afeta bastante seus resultados.

Alguns novos quesitos foram, sem dúvida, um avanço para o estudo da habitação como, por exemplo, aquele que pergunta ao proprietário do domicílio se “O terreno onde está localizado este domicílio é próprio?”. O levantamento dessa informação tem sido uma contribuição importante para o estudo do tema da legalização fundiária. Em conjunto com outras variáveis propicia um maior conhecimento sobre a acessibilidade à titulação e aponta para a extensão da ilegalidade habitacional.

No que diz respeito ao aprimoramento na forma de se levantar o dado, a primeira das mudanças foi a exclusão da categoria “rústico”, no quesito que classifica o tipo de domicílio. Cabe notar que a informação sobre o domicílio rústico pode ser obtida a partir do tipo de material de construção.

A referência ao material de construção permanece nos quesitos específicos quanto às características do material utilizado nas paredes e na cobertura nos quais foi acrescentado o quesito “palha”, que até então fazia parte da definição de “outro material”, facilitando-se, assim, a identificação desse tipo de domicílio muito comum de área rural ou de praia.

A informação sobre abastecimento de água, que até 1990 era fornecida apenas por um quesito, foi ampliada a partir de 1992, com vistas a melhorar a operacionalização da informação sobre a proveniência da água para o terreno, quando esta não chega ao domicílio propriamente dito.

A mesma preocupação quanto à operacionalização deve ter levado à criação do quesito sobre a existência de banheiro ou sanitário. Antes, essa informação era obtida indiretamente através do quesito sobre a existência de esgotamento sanitário. Este quesito, por sua vez, passou a ser mais detalhado, com especificação sobre a fossa séptica — se esta estaria ou não ligada à rede geral — e ao se desagregar do tipo “outro” — o esgotamento em vala e o esgotamento em rio, lago ou mar —, captando-se assim uma informação preciosa para se avaliar as condições ambientais.

Com referência ao lixo, também houve um refinamento no quesito quando se distinguiu a coleta direta da indireta e se qualificou o lixo jogado em rio, lago ou mar, que até então era classificado indistintamente como “outro”.

Quanto à iluminação, investiga-se agora a forma como é obtida e não apenas a sua existência, podendo-se assim avaliar um pouco melhor a sua qualidade.

Com relação à condição de ocupação, pergunta-se agora se o domicílio é “cedido por empregador” ou “cedido de outra forma”, o que permite uma informação melhor sobre o domicílio de área rural.

Excelente reformulação foi a que permitiu a separação de quesitos sobre o valor da prestação e o valor de aluguel. O cálculo do comprometimento da renda com a moradia, diferenciada pelo valor do aluguel e/ou pelo valor da prestação, é de extrema valia para a elaboração de indicadores de acessibilidade à habitação.

Com relação a novos serviços, foi perguntado pela primeira vez, em 1992, sobre a existência de telefone no domicílio e, em 2001, sobre o telefone celular, tendo em vista a expressiva expansão desse serviço no Brasil. Tais informações são úteis para o estudo de redes de telecomunicações.

As mudanças até então citadas tratam de características do domicílio. Mas também foram feitas alterações no que se refere aos bens duráveis existentes no domicílio: foram investigados novos bens e qualificados com mais apuro os já levantados. Assim, aos cinco bens investigados em 1990 — fogão, geladeira, filtro, rádio e televisão — acrescentaram-se, em 1992, o *freezer* e a máquina de lavar; qualificou-se o fogão por número de bocas e por tipo de combustível utilizado, a geladeira pelo número de portas e a televisão, se em cor ou em preto e branco. Em 2001 dois novos quesitos levantam a existência do microcomputador e o acesso à internet. Cabe chamar a atenção para o fato de que a internet, assim como o telefone, é um serviço e não a posse de um bem durável.

A avaliação das modificações que ocorreram no questionário da PNAD com relação a domicílios, se por um lado aponta indiscutivelmente um avanço, não esconde que essas informações são quase que exclusivamente referenciadas às características físicas da habitação. Não existe aqui crítica quanto a esse enfoque, uma vez que é extremamente relevante a informação sobre essas características (que ainda são incompletas, como se verá mais adiante), mas é necessário que as estatísticas se atualizem no sentido de dar respostas às indagações mais significativas.

3 EM QUE MEDIDA OS DADOS DE DOMICÍLIO SÃO USADOS?

A PNAD ganhou espaço e prestígio como fonte inestimável de dados sobre habitação no Brasil. Há, no entanto, uma demanda ainda não atendida gerada pelas mudanças no conceito de habitação e que, possivelmente, pressionará pelo levantamento de novos quesitos. A relativa imutabilidade dos quesitos sobre habitação nas PNADs (com exceção do suplemento 1977 BNH/IBGE) foi sacudida na reformulação ocorrida em 1992, como já mencionado. No atual processo de reformulação da PNAD 2003, apesar das grandes expectativas criadas, não se deve ignorar que o acréscimo de quesitos para viabilizar o levantamento de novas e necessárias informações se depara com algumas restrições acarretadas pelo aumento dos custos financeiros e a exposição maior ao risco de perda de qualidade da entrevista.

Considerando-se que o tamanho do questionário é um limitador com o qual temos de conviver, seria de grande utilidade uma avaliação sobre quais informações os pesquisadores, tomadores de decisão e demais usuários das PNADs não vêm utilizando ou utilizam raramente e quais as mais freqüentemente solicitadas. Esse tipo de levantamento poderia orientar de modo eficaz a discussão que acompanhará a reformulação da PNAD 2003. Por não se conhecer nenhuma estatística sobre a utilização dos dados habitacionais que estão contidos na PNAD, e como, infelizmente, o Centro de Divulgação e Disseminação de Informações (CDDI) do IBGE ainda não tem disponível, de forma sistemática, a demanda direta ao produtor da PNAD, será feita aqui uma avaliação sucinta sobre o uso dos dados da PNAD, baseada no conhecimento do autor [Massena (1997)] em bibliografia que passeia pelos campos da política pública social, das novas formas de gestão, dos gastos sociais, do meio ambiente, da saúde, da pobreza, dos indicadores urbanos e habitacionais, da ilegalidade, do direito à moradia e à cidade. Ela é restrita às reflexões elaboradas por diferentes autores, expressas em diversos diagnósticos e avaliações, visualizadas sob múltiplas perspectivas e propostas em inúmeras recomendações com respeito ao abrangente tema da habitação e dos serviços urbanos enquanto elementos essenciais e integradores dos assentamentos humanos.

As considerações passíveis de serem feitas apontam para:

- 1- Um uso muito pequeno das informações sobre bens duráveis, o que daria a esse item pequena prioridade caso se torne impositivo uma seleção de questões. Paradoxalmente, observa-se que foram acrescidos cinco quesitos sobre bens duráveis em 1992 e mais dois em 2001. Dos 32 quesitos sobre a unidade domiciliar existentes na PNAD 2001, pouco mais de 1/3 deles (12) se refere aos bens duráveis (telefone, fogão, geladeira, tevê, *freezer*, rádio, filtro, máquina de lavar, microcomputador). É verdade que a informação

sobre esses bens vem sendo utilizada algumas vezes como uma medida de condição de vida, visto que certos bens são fatores importantes (filtro de água, fogão, geladeira), à manutenção da saúde e das condições higiênicas desejadas. No entanto, a qualidade de vida pode estar mais associada à acessibilidade ao trabalho (transporte fácil e barato), à qualidade dos serviços urbanos, a garantias de segurança pessoal, do meio ambiente e da habitação e/ou à eliminação das deseconomias urbanas (poluição, congestionamentos etc.) do que à posse de bens como tevê em cores, máquina de lavar, *freezer* ou computador. Isso não quer dizer que o consumo desses bens seja irrelevante para qualificar a qualidade de vida, mas que, existindo limites ao tamanho do questionário da PNAD, outros quesitos teriam prioridade.

- 2- Uma freqüente utilização das informações dirigidas para avaliação de déficit habitacional e para análise de condição de vida que se baseiam, quase sempre, em indicadores de densidade domiciliar, durabilidade do material de construção do domicílio e acesso aos serviços de água e esgotamento sanitário. Assim sendo, uma medida de superpovoamento, como a que foi dada pelo indicador de densidade domiciliar, utiliza o quesito “cômodo servindo permanentemente como dormitório”. O tipo de material de construção utilizado nas paredes, cobertura e piso é adotado para definir a durabilidade da habitação e, assim, classificar os domicílios em “adequados” e “inadequados” [Vetter (1981) e Alexandre e Caillaux (1996)] ou em “deficiente em estrutura do prédio” (critério mais rigoroso, adotado pelo BNH no suplemento PNAD 1977). Também os quesitos sobre formas de acesso ao fornecimento de água e de esgotamento sanitário são utilizados para defini-los como adequados ou não, e servem para qualificar condições de vida e/ou déficit habitacional.
- 3- Uma crescente utilização dos dados da PNAD com o surgimento de novos modelos e a criação de novos indicadores habitacionais. Na década de 1990 os indicadores criados para alimentar um sistema internacional de indicadores urbanos e habitacionais do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (CNUAH) são disseminados no Brasil e muitos deles foram construídos com base nas informações levantadas pelas PNADs como valor do aluguel, titulação do terreno, condição de ocupação, conexão aos serviços urbanos (água, esgotamento sanitário, eletricidade, telefone), estoque de domicílios duráveis, cômodos e outros. Até mesmo o dado sobre existência de unidades vagas, que é levantado apenas para identificação e controle do questionário da PNAD, permitiu a construção de indicador sobre domicílios desocupados, que é usado como uma das medidas da dinâmica do mercado habitacional naquele sistema de indicadores habitacionais.
- 4- Uma diferenciação expressiva no uso dos dados em função da referência geográfica. Tem sido constante o uso dos dados em nível de Brasil e grandes regiões; crescente em nível de regiões metropolitanas e pequeno em nível estadual.

4 A DEMANDA POR NOVOS DADOS

É necessário que se produzam novas informações que permitam alargar o conhecimento não somente do espaço interno da habitação ou do terreno onde ela se localiza, mas que se avance na compreensão dos novos paradigmas. No entendimento de que a apropriação dos benefícios das ações do Estado (acesso aos serviços de infraestrutura, proximidade às amenidades locais) e o afastamento às inconveniências (deslizamentos, inundações, criminalidade, poluição) fazem parte das condições da habitação, esta tem de ser entendida em suas relações com o seu meio ambiente circundante. Por outro lado, os serviços, sendo um processo constante de préstimos à sociedade, devem ser qualificados não só no atendimento às necessidades de higiene e conforto da família no interior de sua habitação, principalmente os de saneamento básico (água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos), de energia elétrica, de gás, de telecomunicação, mas também no atendimento às necessidades de mobilidade, segurança, saúde, educação, lazer, saneamento (drenagem, varredura de ruas) e que são prestados fora da unidade domiciliar.

Três tipos de demanda serão aqui colocados:

- a) a demanda por novos dados;
- b) a demanda por refinamento de quesitos já existentes; e
- c) a demanda por uma desagregação dos dados a um nível espacial menor.

5 SUGESTÕES PARA A REFORMULAÇÃO DA PNAD 2003

Esta proposta considera três tipos de demanda: a demanda por questões ainda não abordadas, a demanda por aspectos ainda não levantados de questões já existentes e a demanda por maior desagregação espacial. A primeira delas se refere a informações sobre o acesso a serviços públicos externos à habitação e a características do meio ambiente circundante. A segunda diz respeito a refinamentos que podem ser feitos junto a questões já levantadas e que passariam a complementar os dados sobre as características da habitação e dos serviços públicos internos à habitação. A terceira, e não menos importante, é a que procura obter as informações em nível municipal (pelo menos das grandes cidades).

5.1 A DEMANDA POR NOVOS QUESITOS

As sugestões aqui apresentadas têm por objetivo a obtenção de dados que seriam de fundamental importância ao desenvolvimento de análises de caráter transversal, onde se associa a habitação à saúde, à mobilidade, às deseconomias locais ou ao afastamento às amenidades ambientais. São elas:

Serviços públicos — Não existem informações sobre os serviços prestados fora da moradia que se destinam ao atendimento às necessidades de mobilidade, segurança, saneamento (drenagem, varredura de ruas). As informações se limitam aos serviços que são prestados no interior da habitação, principalmente os de saneamento básico (água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos), de energia elétrica, de telecomunicação. Como a disponibilidade de serviços urbanos adquire uma importância ímpar na redução da pobreza urbana, sobretudo numa sociedade onde os

recursos são escassos, a renda é concentrada e o mercado de trabalho não cresce, é imprescindível um conhecimento mais abrangente do nível de inadequação desses serviços, seja por atrasar o desenvolvimento econômico da cidade, ou por afetar a saúde e o bem-estar da população. Para tanto, seria preciso levantar dados sobre a drenagem de águas pluviais, varredura de ruas e limpeza de bueiros, frequência da coleta de lixo, interrupções no fornecimento dos serviços de eletricidade, de água, de gás, de telefone.

Salubridade — A qualidade da habitação também decorre de condições de insolação e de aeração. O morador poderá dizer se existem essas condições. Um dormitório sem janelas, uma habitação muito úmida, é resultado, respectivamente, de condições inadequadas de insolação e de aeração. Por outro lado, observa-se uma relação estreita entre doenças respiratórias, gripes etc. e essas condições. Jacobi (1990), ao tentar conhecer as relações que os moradores estabelecem entre a moradia e a saúde, identificou que geralmente são reconhecidos pela população como problemas recorrentes, com efeitos danosos sobre a saúde, aqueles ligados aos aspectos construtivos da moradia, como infiltração de água, presença de umidade, de correntes de ar e falta de ventilação.

Transporte — A informação sobre o transporte pode ser obtida perguntando-se sobre o tipo de transporte utilizado para o deslocamento diário casa-trabalho e também sobre o tempo gasto neste movimento pendular, considerando-se o tempo de caminhada até a estação ou ponto do transporte coletivo, o tempo de espera e o tempo de deslocamento até o destino.

Áreas de risco — É importante levantar informações sobre existência de domicílios em áreas de risco definidas pela possibilidade de ocorrência de deslizamentos de encostas, inundações, ou proximidade a redes de transmissão de energia, cabeceiras de aeroportos etc.

Segurança — Este é um tema que adquire crescente preocupação no cotidiano dos moradores de áreas urbanas e se reflete tanto nas características físicas da habitação quanto nos hábitos dos moradores. Formas concretas de se medir condições de (in)segurança podem ser construídas com informações sobre a existência de grades ou guaritas, sistemas de alarme ou cães protegendo os domicílios, se há iluminação na rua, se existe posto policial próximo ou policiamento ostensivo.

Autoconstrução — A proposta de um quesito sobre se o domicílio resultou de processo de autoconstrução (construído pela família ou por mutirão) decorre da estranheza com a aparente melhora observada nas condições habitacionais em período de aumento da concentração da renda, metropolização da miséria urbana e ineficácia social da política habitacional. Talvez se encontre uma explicação para tal fato na existência de um eficiente processo de produção doméstica da moradia [ver Maricato (1995)].

Valor da habitação — Esta informação poderia ser obtida perguntando-se às pessoas que compraram o domicílio nos últimos 12 meses qual o preço do seu imóvel. Este dado é de fundamental importância para se avaliar o funcionamento do mercado habitacional e, atualmente, só é possível de se obter de maneira indireta, a partir de

classes de valores do imposto predial ou em pesquisa em anúncios classificados de periódicos.

Idade do domicílio — O conhecimento do estoque de domicílios por idade permite avaliar a dinâmica da produção habitacional ao longo do tempo e a mudança na composição interna do domicílio. Se o proprietário ou inquilino do domicílio desconhece este dado, ele pode ser encontrado na planta do prédio, ou na escritura de compra e venda.

Tamanho do domicílio — Parece uma tarefa impossível a obtenção do tamanho do domicílio em m², já tentada em vários países. No entanto, deve-se continuar tentando, já que é a melhor maneira de se construir o indicador de densidade domiciliar. Talvez ele pudesse ser obtido junto aos proprietários de domicílios por ocasião da compra, pois esses, certamente, têm conhecimento do tamanho do imóvel que estão comprando. Ou então, pelo menos, para os domicílios na área urbana e que estejam em conformidade com a lei, através da guia de pagamento obrigatório do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), onde está registrado o tamanho do imóvel em m².

5.2 A DEMANDA POR REFINAMENTO DE QUESITOS

Estas sugestões se aplicam aos quesitos já contidos nas PNADs, no sentido de obter um dado mais preciso ou mais abrangente. São elas:

Banheiro — O quesito “Existe banheiro ou sanitário neste domicílio?” investiga se existe ou não instalação sanitária sem diferenciar banheiro de sanitário. Tal diferenciação é desejável, pois o banheiro representa melhor condição de higiene e conforto.

Piso — Este dado foi retirado da PNAD, mas deveria ser retomado, uma vez que o tipo de piso parece ser o elemento na construção da casa que melhor explica as diferenças de condições de vida do morador do que paredes ou cobertura. Porém, teria de se subdividir na classificação de tipo de piso, o “outro” em “outro piso durável” e “outro piso rústico”.

Domicílio cedido — Seria interessante saber se é cedido pela família. Isso permitiria mensurar, em parte, uma demanda potencial por domicílio próprio, que decorre de restrições financeiras.

Valor do aluguel — Seria oportuno que o quesito sobre valor do aluguel, já levantado pela PNAD, pudesse ser diferenciado pela forma como ele é regido, ou seja, se é *formal* (segundo a lei do inquilinato) ou se é *informal*. O indicador de comprometimento da renda familiar com o pagamento de aluguel é uma das medidas de acessibilidade à habitação que se constitui em preciosa informação para avaliação do mercado habitacional e na orientação de políticas. Foi observado no Rio de Janeiro que em bairros dentro de uma mesma região administrativa os aluguéis informais, tipo predominante em favelas, podiam ser mais altos do que os formais, constituindo-se em mais um fator de empobrecimento de famílias de baixa renda.

Ilegalidade fundiária — A ilegalidade do terreno é obtida no quesito “O terreno onde está localizado este domicílio é próprio?” Essa informação poderia ser

complementada, em caso de resposta negativa do morador, com uma pergunta sobre se está sendo legalizado ou se ele tentou legalizá-lo. Esse tipo de informação ajudaria na definição das políticas fundiárias. Como a pergunta é feita apenas em domicílio próprio, já pago ou em aquisição, ficam de fora os alugados e os cedidos. A ilegalidade do domicílio se mede, parcialmente, através do quesito condição de ocupação no subitem “outra condição”. Seria interessante perguntar ao morador se existe cobrança de IPTU, já que este é uma medida de regularização fundiária.

Cômodo servindo permanentemente como dormitório — Este quesito vem sendo utilizado na elaboração do indicador de densidade domiciliar para identificação de superpovoamento residencial e seria recomendável que levantasse dados sobre cômodo exclusivamente como dormitório e cômodo de uso não-exclusivo como dormitório. Isso permitiria avaliar não só a condição de superpovoamento, mas também a separação das funções dentro da habitação, que é uma condição de garantia de privacidade necessária à manutenção da saúde mental. A definição do que é superpovoamento pode variar de conformidade com o tipo de pergunta que se levanta. No Brasil, mais de um morador por cômodo já é superpovoamento; na Costa Rica, mais de três moradores por cômodo exclusivo para dormir é que define o superpovoamento [Principales Indicadores Sociales de Costa Rica – Mideplan Sides (1997, p. 105)].

5.3 A DEMANDA POR INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Além da demanda por novos dados que permitam construir um renovado elenco de indicadores habitacionais, necessários à formulação e monitoramento de políticas, é de fundamental importância que seja atendida a demanda por informações referentes às novas regiões metropolitanas e aos municípios que possuam expressiva população. Há, nesse sentido, um interesse especial após a Constituição de 1988 pelos governos municipais, sobretudo quanto à gestão urbana (planos diretores, orçamentos participativos, municipalização dos serviços e políticas setoriais). É nesse nível governamental que se encontra maior eficácia na gestão dos problemas sociais e urbanos e seria oportuno e de suma importância um investimento do IBGE no sentido de tornar a PNAD resistente a uma desagregação espacial maior. Sem uma adequação das pesquisas às necessidades atuais de informação em nível municipal, como fazer análises eficientes de políticas urbanas?

ANEXO

Observação: Os números colocados entre parênteses no quadro deste anexo se referem aos números dos quesitos em cada ano referido.

QUESITOS SOBRE DOMICÍLIOS LEVANTADOS NAS PNAD

| 1990 | 1995 | 2001 |
|--|---|-----------|
| 1) Espécie Particular permanente Particular improvisado Coletivo | (1) idem | (1) idem |
| 2) Tipo Casa Apartamento Quarto ou cômodo Rústico | (2) Tipo Casa Apartamento Cômodo (excluído) | 2) idem |
| 3) Parede Alvenaria Madeira aparelhada Madeira aproveitada Taipa não revestida Outro | (3) Material de parede Alvenaria Madeira aparelhada Taipa não revestida Madeira aproveitada Palha Outro material | (3) idem |
| 4) Piso Madeira aparelhada Cimento Cerâmica Terra Madeira aproveitada Outro | (excluído) | idem |
| 5) Cobertura Telha Laje Madeira aparelhada Zinco Madeira aproveitada Outro material | (4) Material de cobertura Telha Laje de concreto Madeira aparelhada Zinco Madeira aproveitada Palha Outro material | (4) idem |
| 6) Abastecimento de água Com canalização interna Rede geral Poço ou nascente Outra forma Sem canalização interna Rede geral Poço ou nascente Outra forma | (11) Água canalizada em pelo menos um cômodo Sim Não | (11) idem |
| | (12) Água proveniente de Rede geral de distribuição Poço ou nascente Outra proveniência | (12) idem |
| | (13) Água canalizada de rede geral para a propriedade Sim Não | (13) idem |
| | (14) Água de poço/nascente na propriedade Sim Não | (14) idem |
| 7) Esgotamento sanitário Rede geral Fossa séptica Fossa rudimentar Outro Não tem | (17) Forma de escoadouro do banheiro Rede geral Fossa séptica ligada à rede Fossa séptica sem ligação Fossa rudimentar Vala Direto p/ rio, lago, mar Outra forma | (17) idem |

(continua)

(continuação)

| 1990 | 1995 | 2001 |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| 8) Uso da instalação sanitária | (15) Existe banheiro ou sanitário | (15) idem |
| Só do domicílio | Sim | |
| Comum a mais de um | Não | |
| Não tem | | |
| | (16) Uso do banheiro ou sanitário | (16) idem |
| | Só do domicílio | |
| | Comum a mais de um | |
| 9) Destino do lixo | (18) Lixo | (18) idem |
| Coletado | Coletado diretamente | |
| Queimado | Coletado indiretamente | |
| Enterrado | Queimado ou enterrado | |
| Colocado em terreno baldio | Jogado em terreno baldio | |
| Outro | Jogado em rio, lago, mar | |
| | Outro destino | |
| 10) Iluminação elétrica | (19) Forma de iluminação | (19) idem |
| Tem | Rede, gerador, solar | |
| Não tem | Óleo, querosene, gás | |
| | Outra forma | |
| 11) Cômodos | (5) Número de cômodos | (5) idem |
| Total | | |
| Servindo de dormitório | | |
| | (6) Quantos servem de dormitório | (6) idem |
| 12) Condição de ocupação | (7) Condição de ocupação | (7) idem |
| Próprio (já pago) | Próprio (já pago) | |
| Próprio (pagando) | Próprio (pagando) | |
| Alugado | Alugado | |
| Cedido | Cedido por empregador | |
| Outra | Cedido de outra forma | |
| | Outra condição | |
| 13) Aluguel ou prestação mensal | (8) Valor aluguel mensal | (8) idem |
| | (9) Valor prestação mensal | (9) idem |
| | (10) Terreno próprio | (10) idem |
| | Sim | |
| | Não | |
| | (20) Telefone | (20a) Telefone fixo |
| | Não | Sim |
| | Não | Sim |
| | | (20) Telefone celular |
| | | Sim |
| | | Não |
| 14) Filtro | (24) Filtro de água | (24) idem |
| Tem | Sim | |
| Não tem | Não | |
| 15) Fogão | (21) Fogão de 2 ou + bocas | (21) idem |
| Tem | Sim | |
| Não tem | Não | |
| | (22) Fogão de 1 boca | (22) idem |
| | Sim | |
| | Não | |
| | (23) Combustível do fogão | (23) idem |
| | Gás de botijão | |
| | Gás canalizado | |
| | Lenha | |
| | Carvão | |
| | Energia elétrica | |
| | Outro combustível | |
| 16) Geladeira | (28) Geladeira | (28) idem |
| Tem | Sim de 2 portas | |
| Não tem | Sim de 1 porta | |
| | Não | |
| 17) Rádio | (25) Rádio | (25) idem |
| Tem | Sim | |
| Não tem | Não | |
| 18) Televisão | (26) Televisão em cores | (26) idem |
| Tem | Sim | |
| Não tem | Não | |

(continua)

(continuação)

| 1990 | 1995 | 2001 |
|------|--|-----------|
| | (27) Televisão em preto e branco Sim Não | (27) idem |
| | (29) Freezer Sim Não | (29) idem |
| | (30) Máquina de lavar roupa Sim Não | (30) idem |
| | (31) Microcomputador Sim Não | |
| | (32) Micro acessado à Internet Sim Não | |

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, M. A. dos S., CAILLAUX, E. Condições habitacionais. *Relatório de Indicadores Sociais*, IBGE/DPE/Deiso, p. 245-262, 1996.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Manual do Entrevistador*, 1990.
- . Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Manual do Entrevistador*, 1995.
- . Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Manual do Entrevistador*, 2001.
- JACOBI, P. Habitat e saúde na periferia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 121-130, 1990.
- MARICATO, E. Exclusão social e reforma urbana. *Proposta*, Rio de Janeiro, ano 22, n. 62, Fase, 1994.
- . Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental: diagnóstico e recomendações. *II Seminário Nacional Preparatório para o Habitat II*. Ministério das Relações Exteriores/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995.
- MASSENA, R. M. R. Uma resenha sobre serviços urbanos e habitação. In: VALADARES, L. P., COELHO, M. P. (coords.). *Sistematização da produção da pesquisa sobre o urbano no Brasil*. PNUD/IPEA/Iuperj/Urbandata, 1997.
- . Programa de indicadores de habitat: analisis de los indicadores claves. *Carta Informativa*, n. 28, p. 55-66, Usaid/Lacum/Rhudo/AS, 1996.
- PACHECO, R. S. *Serviços urbanos pós-80: desafios à pesquisa*. Texto apresentado na reunião “Por uma Agenda da Pesquisa Urbana nos Anos 90”. Rio de Janeiro: Iuperj, 1992.
- VETTER, D. M. Problemas conceituais e operacionais na avaliação da “adequação” das condições residenciais através de indicadores elaborados com os dados dos censos e das PNAD’s. *Revista Brasileira de Estatística*, ano XLII, n. 168, p. 283-314, out./dez. 1981.

EDITORIAL

Coordenação
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão
Helena Rodarte Costa Valente

Revisão
Alessandra Senna Volkert (estagiária)
André Pinheiro
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luiz Carlos Palhares
Miriam Nunes da Fonseca

Editoração
Carlos Henrique Santos Vianna
Rafael Luzente de Lima
Roberto das Chagas Campos

Divulgação
Libanete de Souza Rodrigues
Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica
Edson Soares

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares